

O Programa Bolsa Família como política de inclusão: Estudo no município de Novo Barreiro - RS/Brasil.

Cristian Luiz Klein Rossetto, Camila Machado y Cinara Terezinha Aparecida Martins da Silva.

Cita:

Cristian Luiz Klein Rossetto, Camila Machado y Cinara Terezinha Aparecida Martins da Silva (2019). *O Programa Bolsa Família como política de inclusão: Estudo no município de Novo Barreiro - RS/Brasil. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/792>



Com o objetivo de combater a pobreza e a fome daqueles mais necessitados, o governo sancionou a medida provisória 132 de 2003, posteriormente convertida na Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, a qual rege o Programa Bolsa Família (PBF) (Schmidt, 2017). Portanto, a partir de 2003, com uma política voltada para a redistribuição de renda no Brasil, cria-se o Programa Bolsa Família, o qual se tornou uma referência em todo o mundo, por ser um forte instrumento de combate à fome e a pobreza, assim ajudando a reduzir as desigualdades sociais existentes (Menezes, 2008).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (2015), o Programa Bolsa Família, é um programa que ajuda fortemente o combate à pobreza e a desigualdade social no Brasil. O programa possui três eixos principais, sendo eles:

Complemento da renda — todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal.

Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza. Acesso a direitos — as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social.

Articulação com outras ações — o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza. (Ministério do Desenvolvimento Social [MDS], 2015)

Segundo Moraes e Mazzioni (2017), a parte central do programa Bolsa Família, tem com sua base o conceito de discriminação positiva, assim elegendo o público-alvo, conforme suas necessidades para a sua sobrevivência.

O critério utilizado para dimensionar o tamanho da necessidade das famílias, é através da renda, o qual identifica e seleciona as famílias que podem participar do programa, e assim ganhar a transferência de crédito.

Ainda segundo o MDS (2018), no Brasil, mais de 14,1 milhões de famílias são atendidas pelo Programa Bolsa Família, assim auxiliando no sustento dessas famílias, garantindo o acesso aos serviços essenciais. E foi através desse programa que o Brasil atingiu com dez anos de antecedência o primeiro Objetivo do Desenvolvimento do Milênio (ODM), que era reduzir a extrema pobreza pela metade. Agora temos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030 da ONU – Organização das Nações



Unidas, com 17 objetivos, onde o primeiro é erradicação da pobreza, e os países que assinaram, dentre eles o Brasil, devem atingir essas metas até o ano de 2030.

Justificativa

O Programa Bolsa Família, aliado as outras ações para a redução da fome, fez com que o Brasil fosse um dos países que mais contribuiu para alcançar o 1º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de reduzir, até 2015, a pobreza extrema à metade de 1990. O Brasil superou a meta, reduzindo os índices de 25,5% para 3,5%. Quanto à mortalidade infantil, o programa também colaborou, juntamente

com outras políticas nacionais, a diminuir os índices, sendo uma redução bem acima da média mundial, segundo os dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), o país reduziu o índice em 73% em relação aos níveis de 1990, enquanto a redução mundial foi de 53% (Ortiz & Camargo, 2016).

Estudos apontam a importância do Programa Bolsa Família para as famílias brasileiras de baixa renda, onde através da transferência de renda, tem gerado um efeito na redução da fome, pobreza e desnutrição infantil, isso devido estar reduzindo a desigualdade social, pois através do auxílio, os beneficiários possuem mais autonomia, assim melhorando sua qualidade de vida e de sua família (Moraes & Mazzioni, 2017).

Neste sentido, o estudo busca analisar a contribuição do Programa Bolsa Família para o desenvolvimento social e econômico do município de Novo Barreiro – RS, e identificar de que forma a gestão municipal desenvolve a inclusão social dos beneficiários do programa, com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma vez que o município em estudo apresenta um índice de 15,86% do total da população inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO), considerados como baixa renda.

Metodologia

O município de Novo Barreiro, onde foi desenvolvido o estudo, fica localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, possui uma área de terra de 123,344 Km² (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2018). Fica a 376 Km de Porto Alegre - BR, capital do estado do Rio Grande do Sul, e a 1.899 Km de Brasília – BR (Google Maps, 2019). Segundo dados do IBGE (2010) Novo Barreiro apresenta 3.978 habitantes, sendo na área rural 2.672 (67.17%) e 1.306 (32.83%) na área urbana, porém



segundo a estimativa do IBGE (2018), atualmente apresenta uma população estimada de 4.164 habitantes. O estudo foi desenvolvido através de pesquisas descritivas com abordagem qualitativa, além de aplicação de dois formulários contendo perguntas abertas e fechadas. Uma pesquisa foi realizada com os seis servidores da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do município de Novo Barreiro – RS, e a outra pesquisa foi realizada com os beneficiários do Programa Bolsa Família.

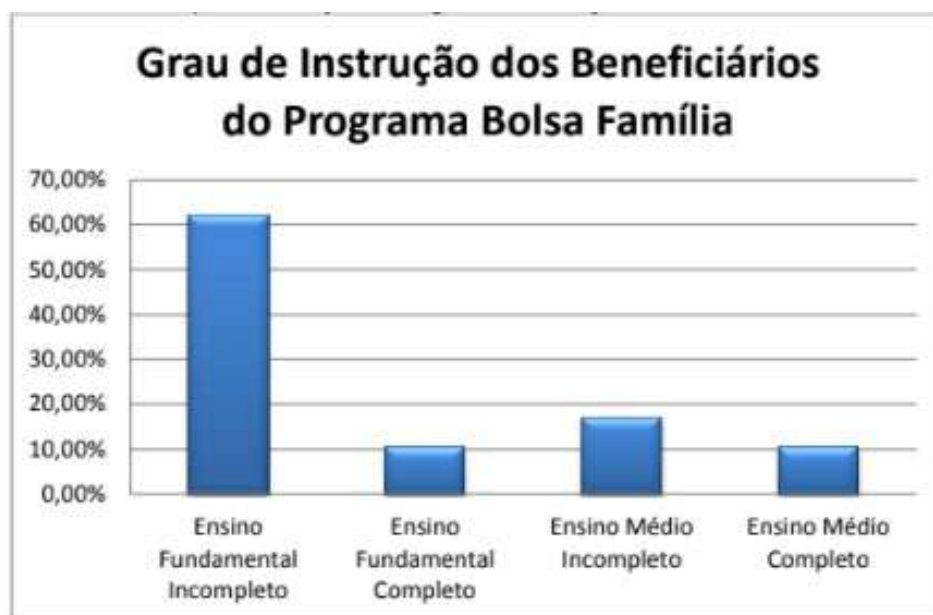
A escolha dos participantes foi com base nos beneficiários do mês de setembro de 2019, isso devido ter mudança no número de beneficiários conforme o mês. Neste mês teve 157 beneficiários do Programa Bolsa Família, a definição dos participantes se deu através de um sorteio, sendo entrevistados 30%, ou seja, 47 beneficiários do programa.

Resultados e discussões

O programa Bolsa Família, ou programa de transferência de renda do governo federal, é voltado para famílias extremamente pobres (renda per capita mensal de até R\$ 89,00) e pobres (renda per capita mensal entre R\$ 89,01 a R\$ 178,00). O programa é federal, mas para ele funcionar efetivamente, depende da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, juntando esforços e trabalhando de forma compartilhada, assim todos são responsáveis pela implementação do programa (Moraes & Mazzioni, 2017).

O estudo realizado no município de Novo Barreiro, localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul – Brasil, e atualmente, segundo a estimativa do IBGE (2018), possui 4.164 habitantes, porém apresenta um índice de 15,86% do total da população inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO), os quais são considerados de baixa renda, segundo os dados do mês de setembro, 153 pessoas receberam o benefício Bolsa Família, essas famílias equivalem a 8,55% da população total do município. Segundo a pesquisa realizada com as 47 beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF, a média de idade delas é de 38,5 anos, sendo que a mais nova entrevistada possuía 20 anos e a mais velha tinha 57 anos.

Gráfico 2



Quando ao grau de instrução, segundo o gráfico 1, a maioria dos entrevistados possuía o nível de escolaridade baixa, sendo que 61,8% apresentava o Ensino Fundamental Incompleto, 10,6% tinham o Ensino Fundamental Completo, porém parou de estudar, e nem começou o ensino médio. Já outros 17,0% tinham Ensino Médio Incompleto, que começaram a cursar, porém desistiram antes de concluir, e apenas 10,6% dos entrevistados concluíram o Ensino Médio, ou seja, possuem baixo nível de escolaridade, um fator que prejudica a inserção no mercado de trabalho, excluindo do acesso à renda, e muitas vezes se sujeitando a trabalhos precários sem garantia dos direitos sociais, e assim não garantindo o sustento da família (Moraes & Mazzioni, 2017).

Quando questionadas por que buscaram o benefício, a resposta mais frequente foi que precisavam complementar a renda, ou ainda, que tem filhos pequenos para criar, e não tem renda fixa, e através desse auxílio, buscam ter uma vida digna que auxiliará na criação dos filhos. Devido ao baixo nível de escolaridade, ou seja, baixo grau de instrução, também foi questionado como ficaram sabendo que tinham o direito de receber o auxílio, e a grande maioria respondeu que ficaram sabendo através da assistência social do município. Isso mostra a importância que a assistência social tem a desempenhar nas cidades, auxiliando e ajudando as famílias mais necessitadas.

Outra questão analisada foi o tempo em que já recebem o benefício do Bolsa Família, como mostra o gráfico 2, onde 40% das entrevistadas recebem o benefício mais que 08 (oito) anos, 11% recebe de 06 (seis) à 08 (oito) anos, 15% recebem de 04 (quatro) a 06

(seis) anos, 21% recebem de 04 (quatro) a 02 (dois) anos, e 13% recebem o benefício a menos que 02 (dois) anos, portanto grande maioria está mais de oito anos recebendo o benefício, e não conseguiu sair da situação em que vivem. Segundo Silva (2004), não basta apenas assegurar às famílias pobres uma renda, é necessário mais que isso, é preciso ajudá-las a superar o círculo da pobreza, e assim buscar sua emancipação de programas sociais, os quais elas possam sair da situação atual que vivem.

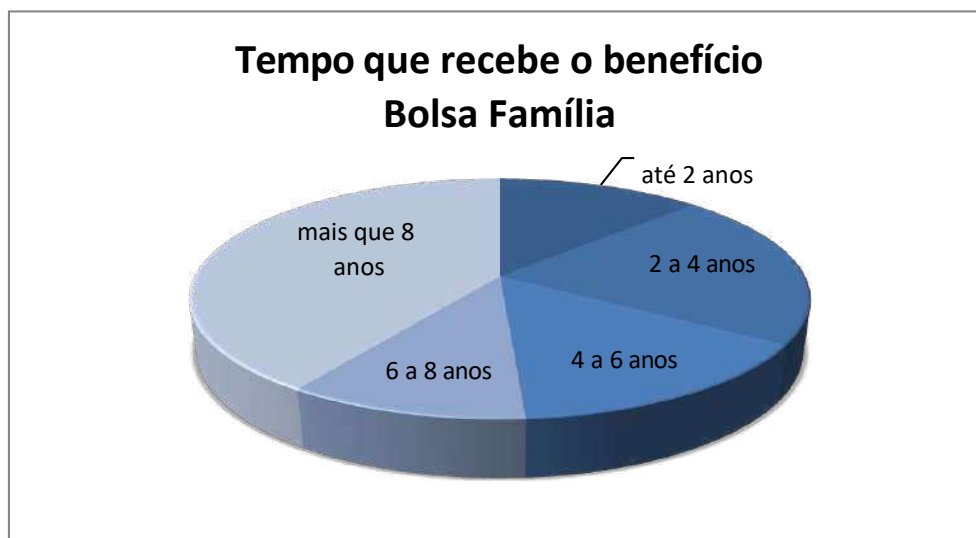


Gráfico 2. apresenta o tempo em que os beneficiários entrevistados recebem o Bolsa Família, onde 40% recebe o benefício a mais de 08 (oito) anos.

Fonte: Dados sistematizados pelo autor.

Durante a entrevista, as beneficiárias foram questionadas sobre o quanto o Programa Bolsa Família é importante para o seu sustento e de sua família, como mostra o gráfico 03, e 46,9% colocaram que o benefício é extremamente importante, 29,8% responderam que é muito importante, 21,2% responderam que é importante, 2,1% respondeu que o benefício é pouco importante, e nenhuma das entrevistadas respondeu que o benefício é sem importância. Porém, mesmo a maioria respondendo que o benefício é extremamente importante, quando questionadas se é possível manter-se, no mês, somente com o valor do Bolsa Família, foi unânime a resposta, e todas, 100% das entrevistadas responderam que não é possível, como mostra o gráfico 4.

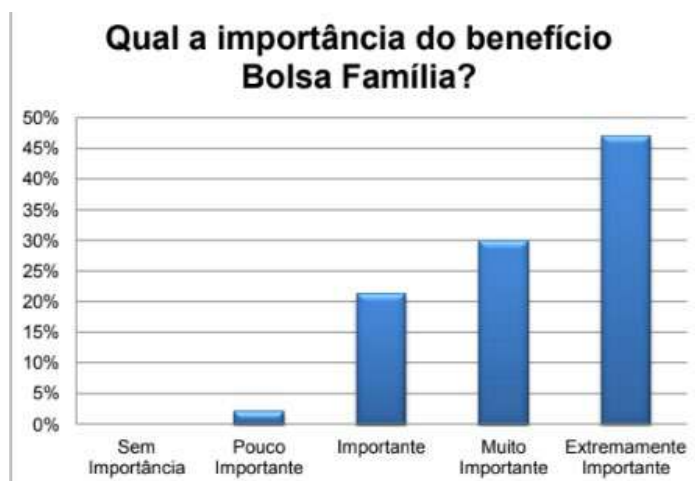


Gráfico 3. apresenta a importância do Bolsa Família para as beneficiárias, sendo que 46,9% respondeu que o benefício é extremamente importante. Fonte: Dados sistematizados pelo autor.

Fonte: Dados sistematizados pelo autor.

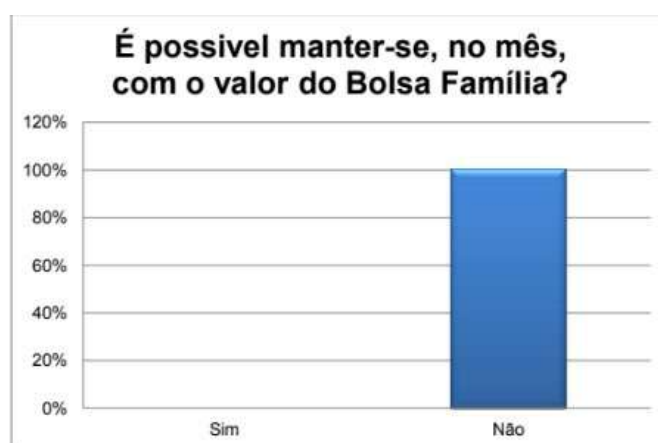


Gráfico 4. apresenta o resultado de se é possível manter-se no mês, somente com o benefício do Bolsa Família, e a resposta de todos os beneficiários é que não é possível manter-se no mês somente com o benefício.

Fonte: Dados sistematizados pelo autor.

Devido à resposta unânime de não ser possível passar o mês apenas com o valor do benefício, foram questionados quais meios às famílias buscam para aumentar sua renda e assim garantir o sustento da família, e as respostas foram através de trabalhos como diarista, venda de artesanatos, lanches, ou através do trabalho do marido/companheiro, mas ambos sem ser de carteira assinada, ou seja, não recebem um valor fixo, varia conforme a disponibilidade de trabalho durante o mês. Para os servidores da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, foi perguntado quais ações desenvolvidas pela Secretaria com o objetivo da inclusão social dos beneficiários do Bolsa Família, segundo eles é desenvolvido atividades em grupos de trabalho, orientações e palestras, cursos



de trabalhos manuais para geração de renda, além de encaminhamentos para outras secretarias e órgãos estaduais e federais. Quando questionado aos beneficiários quais ações desenvolvidas pela Administração Pública, da qual você é beneficiário, vem contribuindo para a sua inclusão social, 14 das entrevistadas responderam que não participam de nada, ou ainda, que não tinham conhecimento das ações, porém 05 (cinco) responderam que participam dos cursos desenvolvidos pela assistência, 08 (oito) responderam que participam dos cursos e do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, e 20 responderam que só participam do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Esse programa PAA, consiste em um programa que adquire alimentos da agricultura familiar e repassa as famílias carentes do município (MDS, 2015). Segundo a assistência social do município, já foram realizados cursos de artesanato, panificação, costura, pronatec, cursos do SESC – SENAC, dentre outros, porém somando as entrevistadas que responderam que participam dos cursos, dá um total de 13 entrevistadas, ou seja, ainda é um número baixo se compararmos com o total de 47 entrevistadas, sendo apenas 27,6% das entrevistadas participam de cursos disponibilizados pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania. Esses cursos desenvolvidos visam ajudar na inclusão social do grupo, sendo uma alternativa para uma renda extra, assim ajudar no sustento da família, além de auxiliar na inclusão do mercado de trabalho. Devido essa importância ele necessita ser divulgado e valorizado, para que possa ser desenvolvido de maneira correta, atingindo o maior número possível de beneficiários, e assim gerar resultados positivos (Carnelossi, 2016).

A última pergunta realizada aos beneficiários do PBF foi para saber a opinião deles referente ao que o Poder Público poderia fazer para ajudar na inclusão social deles, as respostas mais frequentes foram, ter oportunidade de emprego fixo na cidade, mais cursos desenvolvidos pela assistência social, ajuda na alimentação, ajuda na compra de material escolar, e dentre as respostas, destaca-se uma que pediu para ter na cidade EJA – Educação de Jovens e Adultos, para conseguir concluir o ensino médio, pois com estudo é mais fácil arrumar emprego, destacou a entrevistada.

Podemos observar que nos últimos anos houve uma grande redução no índice de pobreza e extrema pobreza no Brasil, além de uma redução na desigualdade social. Isso é reflexo de políticas públicas voltadas à assistência social, dentre elas está o Bolsa Família, que teve papel crucial nestas mudanças e continua sendo importante para os que recebem, servindo como uma garantia de uma segurança alimentar (Filho & Silva, 2017). Podemos observar a importância do PBF no município de Novo Barreiro, onde



mesmo os beneficiários respondendo que não é possível manter-se no mês somente com o valor do benefício, também responderam que o benefício é extremamente importante para o sustento de sua família.

Conclusão

Através desse estudo, pode-se concluir que o Programa Bolsa Família é extremamente importante para famílias beneficiárias, embora seja considerando um valor baixo repassado, ele é fundamental para o sustento das famílias, e ajuda na inclusão social das mesmas, porém para ter um bom êxito é necessário o trabalho intensivo da assistência social de cada cidade, com a realização de cursos, encontros, dentre outros, para ajudar no desenvolvimento das famílias, uma vez que o bolsa família busca ajudar as famílias a sair do círculo da pobreza. O município de Novo Barreiro possui 45 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza, além de a grande maioria receber o benefício a mais de 8 (oito) anos, demonstrando que as famílias não estão conseguindo sair da situação em que vivem.

Segundo os estudos envolvendo a assistência social, uma das estratégias para reduzir a pobreza, é através dos programas sociais aumentarem a renda per capita, assim proporcionando a classe menos favorecida, a garantia de seus direitos essenciais. Um dos instrumentos fundamentais é educação de qualidade para todos, pois a educação transforma, além de possibilitar avançarmos em uma sociedade mais justa e igualitária, quebrando o ciclo vicioso da pobreza (Filho & Silva, 2017).

Referências

- Carnelossi, B. (2016, jan./abr). O trabalho do assistente social no Programa Bolsa Família: desafios ao Código de Ética profissional. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n125/0101-6628-sssoc-125-0124.pdf>>.
- Dias, R; Matos, F. (2012). Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos. *Atlas*, São Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/3IMilir>
- Filho, F. Q.; Silva, J. B. (2017). A importância do programa bolsa família na composição da renda das famílias beneficiadas no bairro Manoel Deodato no município de Pau dos Ferros – RN. *1º ERESPP – Seminário*. Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://bit.ly/33YKiNK>
- Google Maps. (2019) Distância de Novo Barreiro – RS a Porto Alegre – RS. Disponível em:



<<https://bit.ly/3nzaBlc>>.

Google Maps. (2019). Distância de Novo Barreiro – RS a Brasília – DF. Disponível em: <<https://bit.ly/3amEeSY>>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2010). Novo Barreiro – Rio Grande do Sul – Brasil. Disponível em: <<https://bit.ly/37zc8Ch>>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2018). Novo Barreiro – Rio Grande do Sul – Brasil. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/novo-barreiro/panorama>>.

MENEZES, F. (2008, Jun). Faces e Demandas da Pobreza no Brasil. *Democracia Viva*, nº 39. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8509.html>>.

Ministério do Desenvolvimento Social. (2015). O que é Bolsa Família. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>.

Ministério do Desenvolvimento Social. (2018). Relatório sobre o Bolsa Família e Cadastro único. Disponível em: <https://bit.ly/3alP6k1>

Ministério DO Desenvolvimento Social. (2015) Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>.

Moraes, L. T.; Mazzioni, S. (2017). A importância do programa bolsa família no desenvolvimento social e econômico do município de Quilombo – SC. *Uniedu*. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Luciane-Teresinha-de-Moraes-Artigo.pdf>>.

Ortiz, L. R. A.; Camargo, R. A. L. (2016). Breve histórico e dados para análise do programa bolsa família. II *SIPPEDES*. Disponível em: <https://bit.ly/2FAzAUu>

Silva, J. G. (2004, Ago). Segurança Alimentar: Uma Construção Comunitária. *Fome Zero: Textos Fundamentais. Estudos Avançados*. São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200004>.

Schmidt, A. F. (2017). O Programa Bolsa Família: Uma Análise Econômica dos (Des)incentivos ao Trabalho – Curitiba: Editora Íthala.

Modelo analítico de seguridad ontológica.

Medición del impacto de las protecciones sociales y el progreso social en Colombia 2000-2018¹

Ricardo Antonio Sánchez Cárcamo²

Resumen

Los actuales sistemas de medición del progreso social con los cuales se mide el impacto de las protecciones sociales se enfocan en la observación del nivel y calidad de vida, así como en la interpretación de los datos en términos de capacidades y oportunidades humanas. Es así que países como Colombia registran un aumento en su progreso social; sin embargo, la realidad del incremento de la lucha social y del número de personas detenidas en prisión evidencia una condición de dicho progreso que no se refleja en los sistemas de medición convencionales. La desigualdad socioeconómica que genera el conflicto social en Colombia no solo muestra el evidente fracaso de las protecciones sociales en el país, sino la insuficiencia de un marco teórico que permita comprender el progreso social como cohesión social, para así establecer una medición más completa del fenómeno. Existe por tanto la necesidad de un modelo de medición que observe el estado de la cohesión social y así se retome el análisis del modo de vida de la sociedad moderna, para definir los elementos objetivos de la seguridad ontológica como condición del progreso social. Tal es el objetivo que se plantea la investigación teórico-práctica titulada Modelo analítico de seguridad ontológica. Medición del impacto de las protecciones sociales y el progreso social en Colombia 2000-2018, cuyos resultados evidencian un retroceso del progreso social en el país durante periodo en mención.

Palabras clave

Seguridad ontológica; Nivel de vida; Calidad de vida; modo de vida; Protecciones sociales; Progreso social; Formalidad de las protecciones sociales; Participación del trabajo; Satisfacción de las expectativas sociales; Uso del tiempo.

Introducción

El progreso social comprendido como cohesión social supone la disminución de expresiones del conflicto social que surge de la insatisfacción de expectativas sociales producto de la lucha de clases, la cual inserta en condiciones de vulnerabilidad a las mayorías como resultado de la conquista de los privilegios materiales de la minoría de la



población. En este sentido, cuando la Comisión sobre la medición del desarrollo económico y del progreso social afirma en 2009 que “lo que se mide tiene una incidencia en lo que se hace” (Stiglitz, Sen, & Fitoussi, 2009, p. 4), nace la pregunta por cómo medir del progreso social, que necesariamente incluye la medición de impacto de las protecciones sociales.

Los actuales sistemas de información se han basado principalmente en las categorías sociológicas de nivel de vida y calidad de vida cuyo límite se establece más allá del nivel de ingreso de los individuos y/o los hogares, pues parten de la medición del consumo de bienes y servicios llevando sus análisis sobre lo que se consume y sus cualidades; y por otra parte, esos mismos sistemas de información han profundizado en el registro de las oportunidades y capacidades agregadas de los agentes que determinan la forma como estos logran dichos bienes y servicios. Las mediciones (con sus diferentes indicadores) muestran en países como Colombia un crecimiento del bienestar y aumento de las capacidades y oportunidades en el territorio nacional. Sin embargo, en Colombia también se puede observar el crecimiento del conflicto social que se expresa en el aumento de la lucha social y de las detenciones como un proxy del incremento de los delitos; esta situación cuestiona la validez de la forma de observación y análisis de los métodos convencionales de medición del progreso social usados por los gobiernos colombianos, pues estos instrumentos estadísticos no son sensibles a cierta desigualdad socioeconómica y a la vulnerabilidad social que hacen parte de la actual cuestión social, cuya configuración parte de la división de clases del mundo moderno.

Por consiguiente, más allá de las evidencias positivas de crecimiento del nivel y la calidad de vida, así como de las capacidades y oportunidades en Colombia que muestran los indicadores convencionales, las evidencias negativas dadas en el también crecimiento del conflicto social (que muestra el fracaso de las actuales protecciones sociales) confirman que “si las mediciones son defectuosas, las decisiones pueden ser inadaptadas” (Stiglitz, Sen, & Fitoussi, 2009, pág. 4), lo que obliga a la revisión de la política de los gobiernos frente a su objetivo de lograr una cohesión social como fundamento del progreso social.

De ahí que se manifieste la necesidad de un modelo de medición fundamentado en las condiciones materiales que generan cohesión social, para lo cual se debe retomar el análisis del modo de vida como categoría sociológica que integra el nivel, la calidad, el género y estilo de vida (Zamora & García, 1988); en otras palabras, “el modo como los